

Abolicionismo: vanguarda utópica ou futurista?

Jean Pierre Verdaguer

Desde que as primeiras civilizações vicejaram sobre a Terra, indivíduos, grupos, povos e até etnias inteiras são vítimas de agressões violentas, humilhações, explorações e escravizações. Pérsia, Grécia, Índia, China... Mesmo as aparentemente iluminadas civilizações antigas mantiveram, em algum momento, regimes escravocratas, divisão por castas e outros tipos de exploração sistemática de seres humanos. Até tribos indígenas rudimentares do Brasil pré-descobrimto tinham o costume de raptar e escravizar membros de tribos rivais, o que denota que o hábito sequer se restringe às chamadas grandes civilizações. Na época das grandes navegações e da expansão do mundo conhecido, a economia mundial era praticamente movida sobre as sangrentas rodas e engrenagens de regimes autoritários, monárquicos e escravocratas. Com o tempo – e o advento do capitalismo primitivo –, esses regimes entraram em declínio e, conseqüentemente, para evitar o colapso total do sistema, se viram obrigados a mudar as regras do jogo. Começaram, um a um, a abolir (ou seria abdicar?) o uso de trabalho escravo, entre outras medidas.

Embora muitos pensem que essas atitudes libertárias tenham sido desencadeadas pelos novos paradigmas iluministas e positivistas, ou por grandes levantes liderados por idealistas abolicionistas que forjaram, na marra, a libertação maciça de escravos, a nada romântica realidade é que os senhores de escravos vislumbraram promissoras vantagens econômicas em se desfazer daqueles trabalhadores – cuja subsistência dependia totalmente dos “donos” –, e substituí-los por outros bem mais baratos: assalariados, que davam o sangue com muito mais boa vontade e a custos muito menores.

Apesar disso, quase 150 anos depois da abolição, o Brasil continua sendo palco de notícias sobre trabalhadores encontrados em regime de escravidão ou semi-escravidão, nas barbas do poder público e às vistas da mídia onipresente, à taxa média, juram as estatísticas, de 25 mil novos escravos por ano!

No mundo todo, estima-se que existam 40 milhões de trabalhadores escravizados, 8 milhões de crianças tratadas como mercadoria e de 4 a 5 milhões de mulheres em situação de servidão sexual.

Também se fala em cerca de meio bilhão de pessoas maltratadas e impiedosamente exploradas em campos de mineração, estivas portuárias, latifúndios em áreas remotas, indústrias pesadas e etc, recebendo remunerações tão espantosamente baixas que chegam a soar improváveis quando trazidas à luz de reflexões sociológicas.

Sem contar a infinidade de mulheres acintosamente humilhadas – muitas das quais mutiladas! –, obrigadas a se submeter a tradições e leis machistas, preponderantes no oriente médio, na África e em tantos outros lugares.

Os casos de violência doméstica, no mundo, contra crianças, mulheres, deficientes e idosos, são tão numerosos que carecem de estatísticas confiáveis. Podem beirar dois bilhões de ocorrências diárias!

O ser humano – assim parece –, por definição, explora. Pai explora filho, marido explora esposa, neto explora avô, irmão explora irmão, patrão explora funcionário, fortes exploram fracos, poucos exploram muitos, corporações exploram milhares, igrejas exploram milhões, tiranias e etnias exploram bilhões...

Daí o monumental obstáculo que emperra a eficiência do movimento pelo abolicionismo animal: agindo junto a uma sociedade de humanos que histórica, diária, sistemática e inevitavelmente exploram impiedosamente uns aos outros, torna-se humanamente impossível lhes inocular a noção de que não é razoável abusar dos outros animais.

Em outras palavras, como sugerir o uso do senso ético a uma sociedade que sequer veio com esse software instalado?

Assim sendo, como, em sã consciência, pode um ativista do direito animal pregar o abolicionismo total e irrestrito e não se abalar diante dos pálidos resultados dessa luta inglória? O desafio, hercúleo, é tamanho que se torna quase uma missão mítica, utópica, profética... Tende a virar questão de fé e acaba assumindo ares de religião, com direito inclusive a seus dogmas, tabus e estigmas.

Um dos maiores problemas que a dogmatização do abolicionismo acarreta, para a própria causa que defende, é a pressão contrária que muitos de seus adeptos freqüentemente exercem sobre uma corrente diversa de defesa dos direitos animais, que chamam – em geral, pejorativamente – de bem-estarismo. Para o pensamento abolicionista mais ortodoxo, o bem-estarismo traria prejuízos incalculáveis à “verdadeira” causa do direito animal, por lutar “apenas” por melhorias nas condições de criação, tratamento e abate dos bichos. “Ora”, afirma-se com fervor, “se o mundo todo adotar o bem-estarismo como meta, logo os animais estarão sendo tão ‘bem-tratados’ que será inútil qualquer iniciativa para tentar livrá-los definitivamente da sina da exploração comercial humana”.

O que tal pensamento não considera – ou reluta em admitir – é que, embora todas as premissas e justificativas do abolicionismo integral sejam coerentes do ponto de vista ético, a sociedade humana simplesmente ainda não se mostra pronta para aplicá-las na prática.

O abolicionismo é, por assim dizer, uma corrente de pensamento de ultra-vanguarda, muito à frente do seu tempo, apesar de já existir há mais de um século. É, porém, um movimento necessário e se faz premente que haja associações de pessoas dispostas a levá-lo adiante. Mas essas pessoas não deveriam perder de vista a perspectiva de que somente mudanças gerais e profundas nos paradigmas de funcionamento da sociedade moderna é que levarão ao cabo os últimos (primeiros?) objetivos abolicionistas. E que essas mudanças ainda podem levar muito tempo, em vista do atual padrão de consumo global e da ideologia vigente.

Suas ações podem e deverão ser fundamentais na aceleração do processo de mudança desses paradigmas, mas será muito mais crucial a influência do fator que sempre pesou sobre a humanidade: a conveniência econômica. Assim como os regimes escravocratas deram lugar ao regime assalariado por motivos econômicos, a exploração de animais só terá fim quando se provar inviável economicamente. E isso, não graças a fatores muito animadores, deverá obrigatoriamente acontecer dentro de mais algumas décadas.

Por sinal, eis a brecha por onde entram em ação as principais armas das correntes abolicionistas mais “produtivas” hoje: as frentes de libertação animal que visam à deterioração da indústria exploratória, como a ALF, impondo dificuldades ao funcionamento do sistema e causando prejuízos tanto materiais como morais às empresas e instituições que se aproveitam de animais. Essas organizações, em geral clandestinas ou “extra-oficiais”, têm logrado, a seu modo, conquistas importantes para a causa abolicionista. Além da liberação efetiva de muitos animais, conquistam exposição na mídia para o conjunto de pensamentos em favor da defesa dos direitos dos animais, levando o debate ao alcance de uma opinião pública historicamente privada de tais informações.

No âmbito das iniciativas menos agressivas e mais políticas do ativismo abolicionista, alguns avanços se fazem possíveis, mas também são confrontados com fatores de ordem econômica. As chances de sucesso de ações jurídicas, manifestações populares, campanhas informativas e pressões políticas contra as atividades de um circo, por exemplo, são bem maiores do que contra um festival de rodeio. Isso porque ações abolicionistas diretas surtem tanto mais efeitos positivos, quanto menos interesses econômicos e políticos estiverem em jogo. Como, de resto, tudo o mais na sociedade moderna.

Essa lógica nos obriga a constatar que as indústrias alimentícia e de pesquisa científica, que envolvem lobbies particularmente poderosos e cifras virtualmente inimagináveis, estão praticamente fora do alcance do ativismo abolicionista. Na atual conjuntura global, quase nada pode ser feito no sentido de obtenção de moratórias de exploração animal por esses setores. Podemos dizer que o mesmo ocorre, em menor escala, com a indústria da moda, que é alvo freqüente de ações e manifestações e, ainda assim, absorve facilmente os prejuízos causados e mantém o negócio de couro e peles funcionando a todo vapor.

Bem, se admitirmos que a sociedade moderna de consumo não está (ainda) pronta para absorver integralmente os ideais abolicionistas e que, por mais que o ativismo se incremente e avance na direção de dificultar as coisas para as indústrias exploratórias, ainda levará décadas até que seja factível aplicar na prática esses mesmos ideais com eficiência, não faz nenhum sentido se opor tão radicalmente ao chamado bem-estarismo animal. Não, ao menos, do ponto de vista da geração de animais que está sofrendo agora: hoje, no mundo todo, são cruelmente abatidos mais de 2 mil animais por segundo! E todos mortos depois de terem vivido sob as condições mais miseráveis que se possa imaginar.

Inevitavelmente, essas décadas, que podem ser cinco, seis ou mais, transcorrerão paralelamente ao sofrimento de trilhões de animais, que não terão outra alternativa senão a melhoria de suas condições de vida e abate, até que a revolução abolicionista se torne viável. Eis um paradoxo desconcertante e arditamente difícil de equacionar: a oposição ferrenha ao bem-estarismo não tem nos orientado rumo ao abolicionismo e ainda leva à divisão, em facções, um contingente de ativistas que, unidos, teriam muito mais influência e poder de fogo para acelerar o processo rumo ao abolicionismo integral.

É curioso notar que ambas correntes ideológicas criticam-se amiúde e mutuamente, mesmo quando é evidente que suas causas favorecem os mesmos sujeitos (os animais explorados) e seus objetivos são perfeitamente compatíveis (diminuição do sofrimento, de um lado e, do outro, fim da exploração).

Não se trata de sugerir que abolicionistas abram mão da legitimidade de seus ideais, nem de pedir para aderirem ao bem-estarismo. Mas, antes, de convidá-los a encarar as duas modalidades de defesa dos direitos dos animais como estratégias complementares, cada uma a seu tempo, com seu ritmo e em seu contexto. Trata-se, por fim, de dar vazão à razão concomitante a paixão, equilibrando-as numa receita que lhes permita enxergar, no que chamam de bem-estarismo, a solução para uma demanda imediata de bilhões de animais que, no curto prazo, não serão libertados em nenhuma hipótese, mas que têm chance real da conquista de condições de vida menos desfavoráveis. E de focalizar os esforços estritamente abolicionistas nas ações que visem à futura e definitiva eliminação, a médio e longo prazo, dos monstruosos “estoques vivos” mantidos pela indústria exploratória.

Para terminar, uma proposta de exercício imaginativo em que não há respostas, apenas perguntas.

Se houvesse tecnologia para entender o pensamento animal, e se com ela pudéssemos escutar o que diz um porco em sua baía minúscula, muito provavelmente ouviríamos “por favor, irmão, eu lhe imploro, trate de convencer os humanos de que não está certo o que fazem conosco”, numa súplica que nos indicaria claramente o caminho do abolicionismo.

Sendo honestos com o porco, teríamos que responder, “estamos fazendo todo o possível, mas os humanos não são fáceis de lidar, são séculos de hábitos arraigados para transcender. Continuaremos lutando pela abolição com todas nossas energias. Mas, por hora, o máximo que podemos fazer é aumentar o tamanho de seu cativeiro, melhorar suas condições de vida e amenizar os horrores da sua morte”.

Como será que ele reagiria? “Muito obrigado por seus esforços, todo alívio é bem-vindo! E tomara que consiga nos libertar no futuro”. Ou “muito obrigado, mas se não pode libertar a mim e aos meus, migalhas bem-estaristas jamais aceitaremos”.

Biblioteca Anarquista



Jean Pierre Verdaguer
Abolicionismo: vanguarda utópica ou futurista?

https://protopia.in/wiki/Abolicionismo:_vanguarda_ut%C3%B3pica_ou_futurista%3F [Protopia.in

bibliotecaanarquista.org